



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 323/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Rural Fiorenço Baréa, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Rural Fiorenço Baréa, estabelecida na Vila Rural Fiorenço Baréa, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 340/11

Súmula: Revoga a Lei nº 16.645/2010, voltando a vigor a Lei nº 13.758/2002.

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 16.645 de 06 de dezembro de 2010, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 13.758 de 10 de setembro de 2002.

Art. 2º - A Lei nº 13.758 de 10 de setembro de 2002, volta a vigorar na íntegra, a partir da publicação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESEIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO


REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 362/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública o "Instituto Latino Americano de Saúde e Meio Ambiente - ILASMA", com sede e foro no Município de Curitiba.

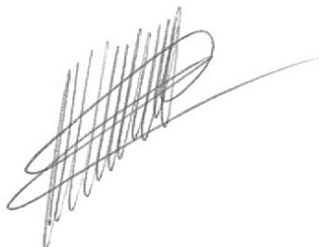
Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Instituto Latino Americano de Saúde e Meio Ambiente - ILASMA", com sede e foro no Município de Curitiba.

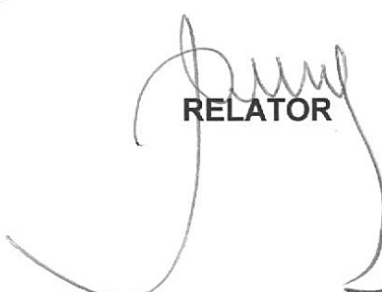

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESEIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 363/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"Fraternidade Espírita Allan Kardec – FEAk".

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fraternidade Espírita Allan Kardec – FEAk", com sede no Município de Campo Magro e foro no Município Almirante Tamandaré.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESEIDENTE


RELATOR



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

~~ANTE~~PROJETO DE LEI

001/2011

Súmula: Revoga a alínea e, do inciso VI, do artigo 1º, da Lei nº 16.384, de 20 de janeiro de 2010, altera a redação do mesmo inciso VI e dá outras providências.

Art. 1º. Fica revogada a alínea e, do inciso VI, do artigo 1º, da Lei nº 16.384, de 20 de janeiro de 2010, reordenando-se as alíneas subsequentes para, respectivamente, e, f, g e h.

Art. 2º. O inciso VI, do artigo 1º, da Lei nº 16.384, de 20 de janeiro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“VI. 08 (oito) cargos de Promotor de Justiça Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ao vagar, respectivamente, em:”

Art. 3º. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

CS



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Reafirma-se que todas as razões elencadas na exposição de motivos do projeto transformado na Lei nº 16.384, de 20 de janeiro de 2010, são ponderáveis e continuam presentes. Em síntese, reconhece-se que a titularização dos cargos das Promotorias de Justiça Especializadas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba é da conveniência do Ministério Público, como salvaguarda da garantia do *promotor natural* e da sua respectiva *inamovibilidade*.

Todavia, cumpre salientar a existência de *funções típicas*, próprias dos integrantes da carreira e de *funções atípicas*. Com exceção dos cargos previstos na alínea e, do inciso VI, do artigo 1º, da Lei nº 16.384, de 20 de janeiro de 2010, todos os demais consubstanciam *funções típicas*, próprias dos integrantes da carreira, portanto a serem preenchidos mediante provimento efetivo.

Entre as *funções atípicas* estão as atribuições dos membros do Ministério Público nos GAECOs (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) que, como o próprio nome está a indicar, consubstanciam em essência trabalho de equipe, juntamente com policiais civis e militares, compondo *força-tarefa*, cujo exercício exige perfil¹ diferenciado, além do risco e do desgaste natural, a recomendar a alternância no seu exercício, o que não se coaduna com o provimento efetivo (i. é, a titularização).

Com efeito, os cargos criados de 1º e 2º Promotor de Justiça do GAECO do Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba (alínea e), encerram *funções atípicas*, cujo exercício exige afinidade e

¹ Segundo o “Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa” (Editora Objetiva, Rio, 2004, 1ª reimpressão, pág. 2186/2187) *perfil*, no sentido aqui empregado, significa “conjunto de traços psicológicos ou habilidades que tornam alguém apto para determinado posto, encargo ou responsabilidade (não ter p. para liderança)”.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

integração à equipe existente, tendo a experiência mais recente revelado a conveniência da manutenção do critério da designação.

A propósito, recentemente (15.12.2010) o Conselho Nacional do Ministério Público, ao apreciar a Reclamação nº 2251/2010-17, em que figurou como requerido o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, reconheceu como adequado o *critério da designação* relativamente à atuação dos membros do Ministério Público junto aos GAECOs.

Na mesma linha de entendimento, constata-se que a maioria dos Ministérios Públicos dos Estados adotam, em sua legislação de regência da matéria, o mesmo critério, como o do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, dentre outros.

Assinatura manuscrita dentro de um círculo.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 0067/11-GAB

Curitiba, 12 de janeiro de 2011.

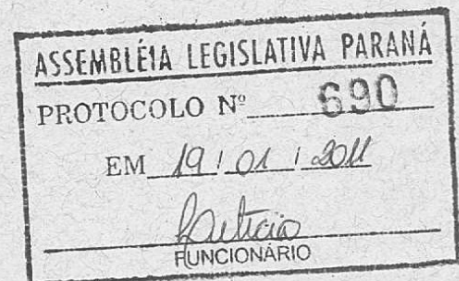
I - PROTOCOLO-86
II - À D.A. PARA AVALIAR O PROJETO
E INCLUIR NO EXPEDIENTE
III - À D.L. PARA OS DEVIDOS FINS
 07/14/01/2011
 P. S. S. S. S. S.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Anteprojeto de Lei que altera a Lei nº 16.384, de 20 de janeiro de 2010.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a garantia de minha especial consideração.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto
 Olympio de Sá Sotto Maior Neto
 Procurador Geral de Justiça



A Sua Excelência o Senhor
 Deputado Estadual Nelson Justus
 Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
 Nesta Capital



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 001/11

Projeto de Lei nº 001/11

Autor: Procuradoria Geral da Justiça – Ofício nº 067/11

Súmula: Revoga a alínea “e” do inciso VI, do artigo 1º da Lei nº 16.384, de 20/01/2010, altera a redação do mesmo inciso VI, e dá outras providências (cargos de Promotor – Região Metropolitana de Curitiba).

EMENTA: EXTINGUE DOIS CARGOS DE 1º E 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, tem por finalidade revogar a alínea “e”, do inciso VI, do artigo 1º da Lei Estadual nº 16.384, de 20 de janeiro de 2010, e alterar a redação deste mesmo inciso VI.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Procurador Geral de Justiça, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, '**propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos** e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, **o poder de iniciativa de leis nessas matérias**"¹.

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n°. 95/98.

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

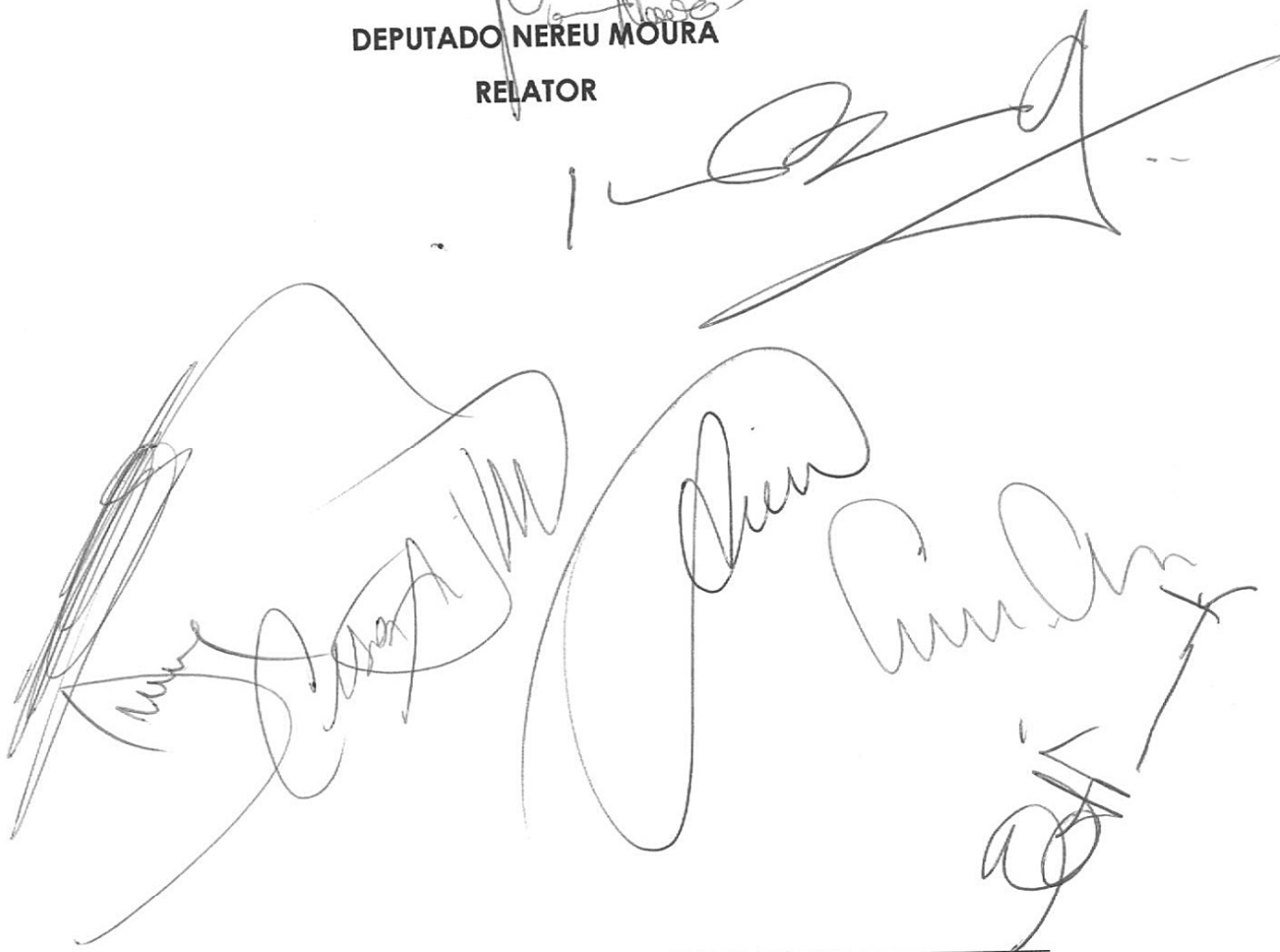
Sala das Comissões, 03 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Caíto Quintana**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI 01/11

Projeto de Lei nº 01/11

Autor: Procuradoria Geral da Justiça

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, de autoria do da Procuradoria Geral da Justiça, tem por objetivo revogar a alínea "e" do inciso VI do artigo 1º da Lei nº 16384/10, que altera a redação do mesmo inciso VI, que trata dos cargos de promotor da Região Metropolitana de Curitiba.

DA TRAMITAÇÃO

A matéria em tela, obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, exarado pelo nobre Deputado Nereu Moura, sendo após, encaminhado à esta Comissão de mérito para parecer.

DA ANÁLISE

No que se refere à análise do projeto, reconhece-se que a titularização dos cargos de Promotorias de Justiça Especializadas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba é da conveniência do Ministério Público.

As atribuições dos membros do Ministério Público nos GAECOs (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime

Organizado) consubstanciam em essência trabalho de equipe, que com policiais civis e militares, compõe força-tarefa, exigindo perfil diferenciado.

Desta forma, o Projeto de Lei em questão tem razões ponderáveis e presentes, sendo de suma importância às atividades do Ministério Público.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, exaramos parecer favorável, opinando pela sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1º de junho de 2011.


DEPUTADO TADEU VENERI
PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 001/11

O presente Projeto de Lei de autoria da Procuradoria Geral de Justiça – Ofício nº 67/11, objetiva revogar a alínea “e”, do inciso VI, do artigo 1º da Lei nº 16.384, de 20 de janeiro de 2010, e alterar a redação do mesmo inciso VI, que trata dos cargos de promotor da Região Metropolitana de Curitiba.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a análise desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, podemos observar que a matéria encontra-se devidamente justificada.

Observe-se ainda, que alguns Ministérios Públicos dos Estados adotam, em sua legislação de regência da matéria, o mesmo critério, como por exemplo no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

De igual modo, é importante salientar que a proposta está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal), não ocasionando acréscimo de despesa.

Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 08/06/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 33/11

~~PROJETO DE LEI Nº 33/11~~

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 MAR 2011

1º Secretário

EMENTA: Denomina Rodovia "Engenheiro Agostinho Schwab", a Rodovia Estadual – PR-513, no trecho que liga a Rodovia PR-090 (localidade de Lageado) a BR-376.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Engenheiro Agostinho Schwab, a Rodovia Estadual – PR-513, no trecho que liga a Rodovia PR-090 (localidade de Lageado) a BR-376.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo homenagear um dos pioneiros da colonização do interior paranaense.

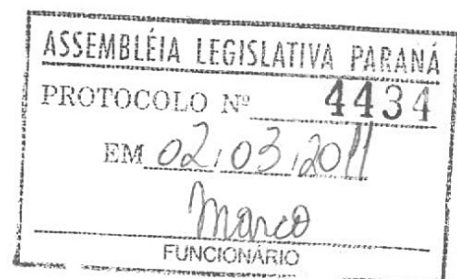
O Engenheiro Agostinho Schwab, filho de Gaspar Schwab e Maria Schamber Schwab, nasceu em Ponta Grossa - PR, em 03 de agosto de 1911, sendo primogênito de 11 filhos do casal.

Este legítimo paranaense iniciou seus estudos no Colégio Regente Feijó (antigo ginásio pontagrossense).

Foi proveniente de engenheiros de sua família a obra marcante de instalação d'água, em Ponta Grossa, pelo método de gravidade.

Em 1939, veio para a capital para cursar engenharia civil, e formou-se em 1946, sendo desde esta época funcionário do DER-PR, onde se aposentou como Diretor Técnico, tendo participado das principais rodovias da época: Rodovia do Café, Apucarana-Ponta Grossa, Curitiba-Paranaguá e muitas outras.

Foi diretor do departamento de edificações no governo do eminente Governador Bento Munhoz da Rocha.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 4434
EM 02.03.2011
Marco
FUNCIONÁRIO



Foi presidente da Comissão de Fiscalização do Porto de Paranaguá e da Urbanizadora Caiobá, que legalizou as terras entre Caiobá e Matinhos pertencentes ao Governo Estadual.

Após a aposentadoria, por seus conhecimentos de engenharia rodoviária, percorreu todos os municípios do Paraná, para a elaboração de estudos das estradas vicinais, por solicitação da Cia de Desenvolvimento do Paraná -CODEPAR - precursora do Banco de Desenvolvimento do Paraná.

Ainda a convite do Engenheiro Cecílio do Rego Almeida, foi Engenheiro Fiscal da estrada de ferro Apucarana - Ponta Grossa.

Casado com Ivandina Fontenelli Schwab tiveram três filhos – Pedro Augusto Schwab - advogado e corretor de seguros; Renato Artur Schwab - advogado e professor de direito constitucional na PUC – PR e Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Curitiba; e Marcio Schwab – economista, administrador de empresas e funcionário de carreira do Badep.

Faleceu em Curitiba no dia 03 de outubro de 2005.

Ante todo o exposto, entendemos que este eminente paranaense, representante dos Engenheiros do DER-PR, merece ser eternizado e reverenciado através da denominação da rodovia estadual com seu nome, para tal pedimos o apoio dos nobres Deputados desta casa.

REQUERIMENTO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 133/2011

Projeto de Lei nº 133/2011

Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Denomina Rodovia "Engenheiro Agostinho Schwab", a Rodovia Estadual – PR-513, no trecho que liga a Rodovia PR-090 (localidade de Lageado) a BR-376.

EMENTA: DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. ART. 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 55 DA LEI FEDERAL 8761/88. COM RESPOSTA DA DILIGÊNCIA À SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETR. CONSTATAÇÃO DE QUE O TRECHO EM QUESTÃO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO. CONSTITUCIONAL E LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo denominar de "Engenheiro Agostinho Schwab", a Rodovia Estadual – PR-513, no trecho que liga a Rodovia PR-090 (localidade de Lageado) a BR-376, tendo como objetivo homenagear o Engenheiro Agostinho Schwab, tendo em vista sua importância para o Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

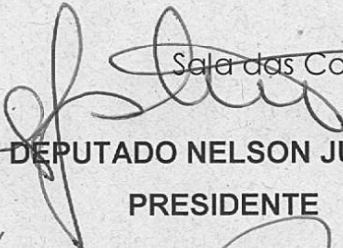
Conforme resposta à diligência requerida por esta Comissão de Constituição e Justiça, a Secretaria de Estado do Transportes, manifestou-se através do Ofício nº 012/2011 que o trecho em questão não possui denominação, dessa forma nada impede a aprovação do Projeto de Lei em questão.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista a presente **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE** do projeto e o parecer favorável da Secretaria de Estado dos Transportes, tendo em vista que o trecho em questão não possui denominação, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 07 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 133/2011

Projeto de Lei nº 133/2011
Autor: Deputado Ney Leprevost

Súmula: Denomina Rodovia “Engenheiro Agostinho Schwab”, a rodovia estadual PR-513, no trecho que liga a rodovia PR-090 (localidade de Lageado) a BR-376.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost tem por escopo denominar Rodovia “Engenheiro Agostinho Schwab”, a rodovia estadual PR-513, no trecho que liga a rodovia PR-090 (localidade de Lageado) a BR-376.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado com relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 133/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, haja vista suas conformidades legais já apresentadas.

III - VOTO DO RELATOR

Pelo motivo único da matéria em questão estar dentro da sua constitucionalidade legal e pela louvável apresentação para tramitação da matéria em questão, é que apresento meu parecer em conformidade com os motivos ora relatados, não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em análise, voto favoravelmente pela **Aprovação** do Projeto de Lei nº 133/2011 na sua forma apresentada.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 133/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pelo **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do referido projeto em tela.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO

Relator



JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo.

Tem por finalidade desenvolver ações que concorram para o atendimento de pessoas necessitadas que não possuem mais família e /ou foram abandonadas pelas mesmas, tendo sede e foro em Castro.

Resta ainda salientar que a entidade em tela faz um trabalho bastante importante para o município, desenvolvendo diversas ações para os idosos, e conseqüentemente beneficiando o município em geral.

A associação atende os requisitos legais deste Estado, através da documentação anexada. Portanto, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 418/2011

Projeto de Lei nº. 418/2011

Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual o*
ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e
foro no Município de Castro.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **ASILO SÃO VICENTE DE PAULO**, com sede e foro no Município de Castro, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



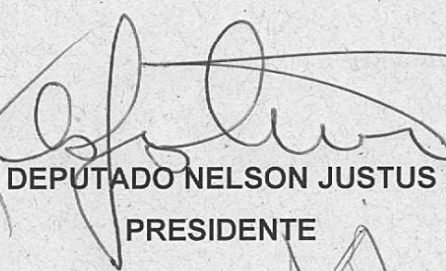
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é "**ASILO SÃO VICENTE DE PAULO – OBRA ÚNIDA À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO – SSV**", consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

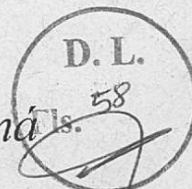
Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 418/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

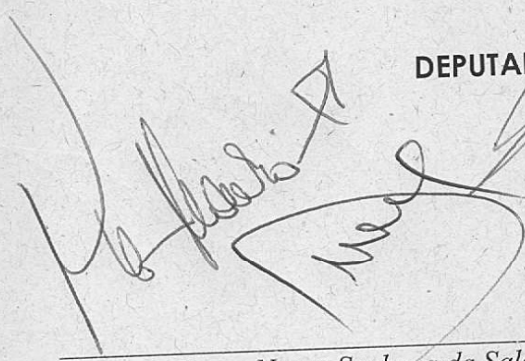
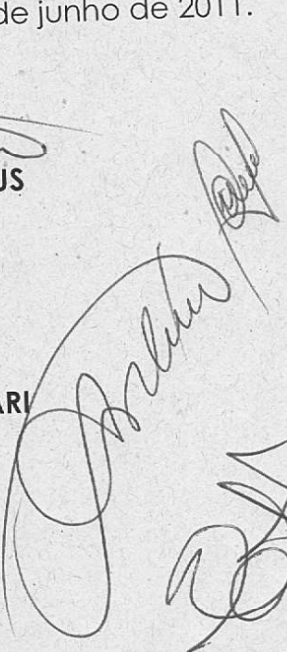



"Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO – **OBRA ÚNIDA À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO – SSVF**, com sede e foro no Município de Castro".

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO – **OBRA ÚNIDA À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO – SSVF**, com sede e foro no Município de Castro.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

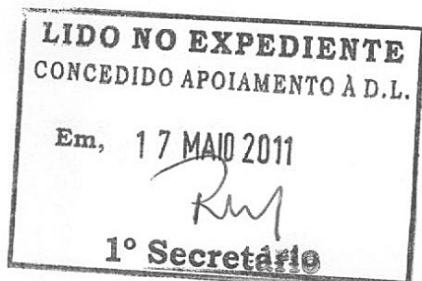
D. L.

Fls. 02

W

PROJETO DE LEI Nº

418/11



SÚMULA: Declara de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em


MARCELO RANGEL
Deputado Estadual